PROCURADORIA JURÍDICA / CMS

EXAMINADO E APROVADO

CHAMENTO

DISPENSA

EMERGENCIAL

Nº 01/2021

UNIDADE SOLICITANTE – PRESIDÊNCIA - **PROCESSO ADMINISTRATIVO –** 587/2021

OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento, controle e fornecimento de combustíveis, em rede de postos credenciados, através de sistema informatizado e integrado com tecnologia de cartão eletrônico com chip, para a frota de veículos utilizados pela Câmara Municipal de Salvador**, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE CHAMAMENTO E SEUS ANEXOS.**

PROJETO/ ATIVIDADE

01.031.018.250101 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS E ADM

NATUREZA DA DESPESA

3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO

PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO	**VIGÊNCIA DO CONTRATO EMERGENCIAL**
Conforme PROJETO BÁSICO	90 (noventa) dias consecutivos e ininterruptos ou até a conclusão de novo procedimento licitatório.

ANEXO (S) AO CHAMAMENTO

ANEXO I – PLANILHA ESTIMATIVA CONSUMO EM LITROS/TIPO - COMBUSTÍVEL – VEÍCULOS
ANEXO II - MODELO DE DESCRIÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS
ANEXO III - PROVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
ANEXO IV - MODELO DE PROVA HABILITAÇÃO - PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR
ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO EMERGENCIAL

SESSÃO PÚBLICA PARA REALIZAÇÃO DO CHAMAMENTO

APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS - 19/05/2021 - Hora: 10:00h (Horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

MAIOR DESCONTO

REGÊNCIA LEGAL

DISPENSA EMERGENCIAL – INCISO IV do Art. 24º da Lei 8.666/93

MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA ESCLARECIMENTOS SOBRE ESTE CHAMAMENTO

ENDEREÇO: Prédio da Câmara Municipal de Salvador, Ed. Bahia Center, Rua Ruy Barbosa n° 27, Auditório, Centro – Salvador - BA - CEP 40.020.070 - COMPEL. **Tel. nº** (71) 3320-0421/0422.

PORTAL ELETRÔNICO: www.cms.ba.gov.br; E-mail: compelcms@cms.ba.gov.br

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO: DILSON DO ESPIRITO SANTO FILHO

PROJETO BÁSICO

SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO, CONTROLE E FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, EM REDE DE POSTOS CREDENCIADA, ATRAVÉS DE SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO COM TECNOLOGIA DE CARTÃO ELETRÔNICO COM CHIP

DISPENSA EMERGENCIAL – INCISO IV do Art. 24º da Lei 8.666/93

1. JUSTIFICATIVA

1.1. O presente expediente tem como finalidade a contratação emergencial de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento, controle e fornecimento de combustíveis, em rede de postos credenciada, através de sistema informatizado e integrado com tecnologia de cartão eletrônico com chip, para a frota de veículos utilizados pela Câmara Municipal de Salvador, com base no **Inciso IV do Art. 24º da Lei 8.666/93**, com vigência pelo período de 90 (noventa) dias consecutivos e ininterruptos ou até a conclusão de novo procedimento licitatório, já instaurado por esta CMS.

1.2. Importante considerar que, a prestação do serviço é de natureza continuada, cuja regularidade é de fundamental importância para a eficiência da prestação sistêmica do serviço público.

1.3. A contratação do serviço justifica-se pela necessidade de garantir o abastecimento da frota de veículos utilizados pela Câmara Municipal em rede especializada de postos de combustíveis, de forma contínua e ininterrupta.

1.4. A sistemática de gerenciamento de frota tem como objetivo promover a otimização, padronização e racionalização no abastecimento de combustíveis em geral, em rede especializada de postos, com tecnologia de cartão com chip, em caráter contínuo e ininterrupto dos veículos utilizados pelos vereadores e corpo diretivo da Câmara Municipal de Salvador.

1.5. A execução dos serviços propostos atenderá com maior presteza e economicidade as rotinas afetas à gestão e abastecimento da frota de veículos desta Casa Legislativa, utilizando-se para tanto de ferramentas úteis que viabilizem sua análise e gestão, aliado à um controle gerencial moderno e eficiente.

1.6. Tal sistemática é uma tendência de crescente utilização tanto na iniciativa privada como em órgãos públicos em consequência das inúmeras vantagens que oferece, tais como: controles dinâmicos e eficazes, que conferem veracidade às informações e permitem reduzir o tempo de

coleta, digitação, compilação e análise de dados; flexibilidade do sistema de abastecimento dos veículos, por acesso facilitado a uma rede de serviços com qualidade e preços adequados; Agilidade nos procedimentos de gerenciamento da frota; Obtenção de informações sobre o abastecimento em tempo hábil para tomada de decisões; Melhoria do gerenciamento da frota através do controle de custo por quilometragem, permitindo o cálculo das despesas por veículo através de relatórios emitidos pelo sistema.

1.7. Os serviços de gerenciamento de frotas têm como finalidade:

1.7.1. Instituir procedimentos operacionais e administrativos, para atender a necessidade de abastecimento dos veículos do CMS através de um sistema que contemple ampla rede de postos credenciados;

1.7.2. Agilidade nos procedimentos de abastecimento dos veículos;

1.7.3. Flexibilização da compra de combustíveis, por acesso facilitado a uma rede de venda dos produtos respectivos, com qualidade e, sobretudo, com oferta de melhor preço praticado no mercado por empresas credenciadas no sistema

1.7.4. Agilidade nos procedimentos de abastecimento dos veículos.

1.8. A contratação será realizada, com base no **Inciso IV do Art. 24º da Lei 8.666/93**, visando à contratação direta da melhor proposta de preço.

2. OBJETO

2.1. Contratação emergencial de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento, controle e fornecimento de combustíveis, em rede de postos credenciada, através de sistema informatizado e integrado com tecnologia de cartão eletrônico com chip, para a frota de veículos utilizados pela Câmara Municipal de Salvador.

3. CONSUMO ESTIMADO

3.1. Ainda assim, em consonância com deliberação do Presidente da Casa, a Diretoria Administrativa determinou que fosse realizado estudo analítico com base no consumo decorrente do valor global atualmente contratado e que aplicasse percentual de redução culminando, comparativamente, em desembolso menor a ser estabelecido como referência (R$). Saliente-se que esses valores são definidos a título de provisão, assim o dispêndio é variável e ocorre conforme o consumo mensal de combustíveis, até os limites descritos anualmente, conforme especificado na Planilha constante no **ANEXO I - PLANILHA ESTIMATIVA**

CONSUMO EM LITROS/TIPO - COMBUSTÍVEL – VEÍCULOS.

4. DO PRAZO DO CONTRATO EMERGENCIAL

4.1. O prazo de vigência do contrato Emergencial, a contar da sua assinatura, **será de 90 (noventa) dias consecutivos e ininterruptos, ou até a conclusão de novo procedimento licitatório, já instaurado por esta CMS**, conforme **Processo Administrativo nº 588/21**, somente se admitindo a prorrogação em caráter excepcional, devidamente fundamentada, mediante a celebração de Termo Aditivo e desde que o lapso total não ultrapasse o **prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, nos termos do Inciso IV do Art. 24º da Lei 8.666/93**.

4.2. O prazo do Contrato Emergencial poderá ser antecipado, tendo em vista a homologação do processo licitatório para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento, controle e fornecimento de combustíveis, em rede de postos credenciada, através de sistema informatizado e integrado com tecnologia de cartão eletrônico com chip, para a frota de veículos utilizados pela Câmara Municipal de Salvador.

5. LOCAL, DIA E HORA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS HABILITATÓRIOS

5.1. As Propostas e Documentações Habilitatórias das Proponentes deverão ser apresentadas até **as 10:00h do dia 19/05/2021, no Auditório da CMS**, situado na **Rua Ruy Barbosa, 27, Ed. Bahia Center - Centro - Salvador/Bahia. CEP: 40.020-070**, onde ocorrerá a análise da proposta de preços e documentos.

1. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1. As despesas para pagamento ocorrerão por conta dos recursos das dotações orçamentárias especificadas nas respectivas Declarações de Ordenador de Despesa expedidas pela Diretoria Financeira.

2. DA DESCRIÇÃO E GESTÃO DOS SERVIÇOS

2.1. O serviço objeto deste Projeto Básico abrange a administração e gerenciamento do fornecimento de cartões de combustíveis para abastecimento de combustíveis da frota Câmara

Municipal de Salvador, conforme relação de veículos (**ANEXO I – PLANILHA ESTIMATIVA CONSUMO EM LITROS/TIPO - COMBUSTÍVEL – VEÍCULOS.** Para tanto haverá a implantação e operação pela contratada de um sistema tecnológico integrado, via internet, que viabilizará o gerenciamento e o pagamento dos serviços de abastecimento de combustíveis, junto a rede de credenciados. Os veículos terão cartão eletrônico próprio, magnético ou com tecnologia **"SMART"**. Cada condutor terá sua identificação validada através de uma senha pessoal, durante a execução de qualquer operação realizada na rede de postos de abastecimento credenciados. Para tanto, deverão ser disponibilizados logins e senhas de acesso ao sistema para o gestor/fiscal do contrato Emergencial. A contratada deverá disponibilizar métodos e uma solução que iniba e identifique com agilidade a falha de segurança nas eventuais utilizações não autorizadas. As atividades de gerenciamento do abastecimento de combustíveis deverão conter:

As atividades de gerenciamento de abastecimento de combustíveis da frota devem conter:

2.1.1. Sistema tecnológico para processamento de informações, através da Internet, com acesso ao Setor de Transportes da Câmara Municipal de Salvador;

2.1.2. Processo de consolidação de dados e emissão de relatórios pela Internet a Câmara Municipal de Salvador;

2.1.3. Sistema tecnológico integrado para viabilizar o pagamento dos serviços de abastecimento executados na rede credenciada;

2.1.4. Envio das notas fiscais/faturas liquidadas junto à rede credenciada da CONTRATADA, e em formato digital, contemplando, no mínimo, as seguintes informações: razão social, endereço completo, nome fantasia, CNPJ, Inscrição Estadual, Data de emissão, modelo da NF, natureza da operação, série da NF, quantidade de litros, valor da NF;

2.1.5. Rede credenciada de postos, equipados para aceitar todas as transações do sistema tecnológico da CONTRATADA, no Município de Salvador;

2.1.6. Sistema de gerenciamento integrado, ao qual terá acesso o Setor de Transportes da Câmara Municipal de Salvador e que possibilitará a emissão dos seguintes relatórios:

2.1.6.1. Extrato analítico/sintético contendo todos os abastecimentos, individualmente discriminados por veículo, apresentando gráfico e tabelas comparativos entre veículos, bem como data, hora, local e quilometragem no momento em que foram efetuadas as operações;

2.1.6.2. Consolidação mensal da quantidade de veículos que efetuaram abastecimento;

2.1.6.3. Ranking de despesas (maiores consumos) por veículo ou qualquer outro filtro disponível no sistema;

2.1.6.4. Relatórios comparativos entre veículos ou qualquer outro, desde que haja informação disponível no sistema da CONTRATADA;

2.1.6.5. Relatório de Composição da Frota que permitirá ao Gestor identificar a quantidade total de veículos cadastrados no Sistema, possibilitando a classificação de diferentes formas, seja por fabricante, modelo, versão ou ano de fabricação;

2.1.6.6. Relatório de Histórico de Frota que listará todas as operações realizadas por um veículo ou por todos os veículos da Câmara Municipal de Salvador;

2.1.6.7. Relatório de Análise de Consumo de Combustível que permitirá ao Gestor avaliar, em um determinado período, a performance dos veículos da Frota em termos de consumo (km/L) de combustível;

2.1.6.8. Relatório de Histórico de Quilometragem da Frota: deverá informar a quilometragem percorrida por veículo da frota e o consumo de combustível, em determinado período definido;

2.1.6.9. Relatório de Preços Praticados nos Postos Credenciados: identificará o preço por litro unitário dos combustíveis nos postos credenciados, que estejam dentro da faixa de preço de mercado;

2.1.6.10. Relatórios de Utilização de Combustível, por veículo da Frota que apresentará, em determinado período definido, o quantitativo pormenorizado de combustível, utilizados, identificando inclusive o tipo de combustível e os postos credenciados nos quais os serviços foram utilizados;

2.1.6.11. Relatório de Desvio de hodômetro, que possibilitará a verificação de eventuais divergências verificadasna captação da quantidade de litros abastecidos por veículo da Frota;

2.1.6.12. Relatório de Desvio de Consumo de Combustível, que possibilitará a verificação de eventuais divergências verificadas na captação da quantidade de litros abastecidos por veículo da Frota;

2.1.6.13. Relatório de Extrato de Conta portador/Conta Base, que verificará o extrato da conta de cada veículo da Frota e o saldo existente, a fim de acompanhar as despesas realizadas em um período definido;

2.1.6.14. Relatório de Evolução de Despesas da Frota, que possibilitará a verificação da evolução de despesas da frota dentro de um determinado período.

2.1.6.15. Relatório de Relacionamento Cartão X Conta Portador que possibilitará a identificação de cartão eletrônico correspondente ao veículo que o utiliza.

2.2. Disponibilização de cartões individuais eletrônicos que viabilizam o gerenciamento de informações da frota, sendo um para cada veículo, mais 10(dez) cartões extras (genérico/coringa) para serem utilizados pelos Assessores Técnicos em qualquer veículo que esteja à disposição da CMS e com qualquer tipo de combustível, conforme especificado na Planilha constante no **ANEXO I - PLANILHA ESTIMATIVA CONSUMO EM LITROS/TIPO - COMBUSTÍVEL – VEÍCULOS**.

2.3. A Contratada desenvolverá, às suas expensas, sistema informatizado de gerenciamento do serviço, compatível com o ambiente seguro, **via WEB**, **on-line**, interligando os locais de atendimento com a Câmara Municipal de Salvador. A Contratada deverá ainda facultar a Câmara Municipal de Salvador pleno acesso às informações do sistema, inclusive para a extração, a qualquer tempo, de relatórios referentes aos serviços prestados, discriminados, com os respectivos custos;

2.4. As atividades previstas acima deverão ser realizadas de forma contínua, eficiente e eficaz.

3. DO DESCONTO

3.1. O valor do Desconto ofertado, incidirá sobre o montante mensal de gastos efetuados com abastecimento através do sistema de gerenciamento da proponente, bem como sobre os valores das recargas dos cartões eletrônicos;

3.2. O investimento necessário à implantação do sistema, tais como: instalação dos equipamentos de leitura, gravação e transmissão de dados, cartões (1ª e 2ª vias), credenciamento de postos, manutenção do sistema e treinamento do pessoal e fornecimento de manuais de operação (se houver), serão cobertos pelo Desconto ofertado.

4. FLUXO OPERACIONAL

4.1. A Empresa vencedora deverá disponibilizar, no ato da assinatura do contrato Emergencial, rede de postos de abastecimento credenciados e equipados para aceitar transações com os cartões eletrônicos, ou transações via internet, dentro do Município de Salvador atendendo

as demandas do **ITEM 2 – DA DESCRIÇÃO E GESTÃO DOS SERVIÇOS**;

4.2. A frota de veículos da CMS poderá sofrer acréscimo ou diminuição, acarretando alteração no consumo dos produtos ou serviços para mais ou para menos. Tal fato não poderá onerar o Desconto ofertado, conforme relação de veículos (**ANEXO I – PLANILHA ESTIMATIVA CONSUMO EM LITROS/TIPO - COMBUSTÍVEL – VEÍCULOS**;

4.3. A CMS informará os limites de crédito para cada cartão, a fim de serem gastos com abastecimento objeto deste certame;

4.4. Deverão ser repassadas a CMS todas as atualizações e alterações no sistema operacional de gerenciamento de frota de veículos utilizado pela Empresa vencedora;

4.5. A Empresa vencedora deverá apresentar o credenciamento de, pelo menos, uma unidade de fornecimentode combustíveis, que esteja localizada a uma distância **máxima de 5 (cinco) Km da sua sede**, situada a **Praça Thomé de Souza, S/Nº - Centro, Salvador - BA, 40020-010**;

4.6. A Câmara Municipal de Salvador indica quantitativo para fins de **credenciamento o mínimo de 20 (vinte) postos de combustíveis**;

4.7. A comprovação deverá ser efetivada mediante apresentação de documentos comprobatórios, relação nominal e contrato Emergencial de credenciamento da rede de estabelecimentos credenciados e ativos, no ato de assinatura do contrato Emergencial.

5. DO CONTROLE DA SEGURANÇA E DO GERENCIAMENTO

5.1. O uso do cartão para qualquer operação somente será possível após digitação de uma senha válida dousuário;

5.2. O bloqueio do uso do cartão de veículo/usuário deverá ser *on-line*, a partir da base operacional, medianterotina/senha específica;

5.3. Deverá ser possível a troca periódica ou validação de senha pessoal;

5.4. O cancelamento do cartão somente poderá ser feito por pessoa credenciada na base operacional;

5.5. O uso indevido de cartão de veículo não autorizado, cancelado ou bloqueado pela base operacional, seconstatado, será considerado falha e as despesas efetivadas serão pagas pela empresa contratada;

5.6. Cada veículo deverá possuir seu próprio cartão e cada condutor deverá ter sua identificação validada através de senha, durante a execução de qualquer operação realizada na rede

credenciada;

5.7. A Empresa vencedora deverá substituir o cartão extraviado ou que tenha sofrido algum dano que inviabilize seu uso correto, conforme solicitação do Setor de Transportes da CMS;

5.8. A Empresa vencedora deverá atualizar a listagem de estabelecimentos credenciados ou excluídos, disponibilizando, através de correspondência registrada encaminhada ao Setor de Transportes da CMS.

6. DISPOSIÇÕES ACERCA DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Nos casos de defeito do *Chip* do cartão eletrônico, perda ou qualquer dano nos cartões, deverá a CMS comunicar à empresa contratada, para que a mesma realize a devida substituição, no período máximo de 10 (dez) dias corridos, sem custo para a CMS;

6.2. A CMS poderá solicitar a qualquer tempo credenciamento de novos estabelecimentos;

6.3. Deverá ser assegurado, a qualquer tempo, o direito de fiscalizar a execução dos serviços. Verificada qualquer irregularidade, a CMS poderá suspender a execução dos serviços ou recusar a aceitação dos mesmos;

6.4. A Empresa vencedora deverá fornecer os cartões (1ª e 2ª vias) e deixar em pleno funcionamento o acesso às informações, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da entrega dos dados cadastrais da frota e dos usuários pelo Setor de Transportes;

6.5. A empresa deverá possuir a rede credenciada exigida, na data da realização da assinatura do contrato Emergencial, de acordo com as exigências deste certame;

6.6. A empresa contratada será única e exclusivamente responsável por seus empregados, os quais deverão ser vinculados à mesma, assumindo todos os encargos trabalhistas, previdenciários e recolhimento de tributos e taxas incidentes;

6.7. A Empresa vencedora deverá manter nos estabelecimentos credenciados à sua rede, em local bem visível, a identificação de sua adesão ao sistema;

6.8. A Empresa vencedora deverá providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CMS, quanto à operacionalidade do gerenciamento;

6.9. A Empresa vencedora deverá providenciar treinamento para todos os usuários indicados pela CMS, que utilizarão os serviços objeto desta contratação, num prazo máximo de dez (10) dias úteis, contados a partir da data da entrega dos dados cadastrais da frota e dos usuários pelo Setor de Transportes;

6.10. A empresa vencedora deverá disponibilizar atendimento 24 (vinte e quatro) horas para toda e qualquer comunicação entre as partes;

6.11. Atender a CONTRATANTE sempre que solicitada em inclusão de travas de sistema, de forma a otimizar o controle de abastecimento; Deve ser possível agrupar as operações de gerenciamento de frota para controle de abastecimento, de forma hierarquizada, permitindo à CONTRATANTE representar a real estrutura organizacional da gestão de frota da CMS.

6.12. Deve ser possível parametrizar todos os tipos de restrições do Órgão contratante em todos níveis hierárquicos aderentes, além de critérios de Grupo, Centros de Custo, Tipo de veículo ou por veículo específico.

6.13. Permitir a CMS a gestão financeira hierarquizada em níveis e subníveis, com gerenciamento financeiro para cada órgão e que permita o acompanhamento, a distribuição dos limites e acompanhamento de valores contingenciais de forma centralizada e hierarquizada de toda operação.

7. ESPECIFICAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. O proponente deverá elaborar a sua Proposta de Preços de acordo com as exigências e especificações constantes deste Projeto Referência, em consonância com este Chamamento.

7.2. A Empresa vencedora será aquela que apresentar o **MAIOR DESCONTO** e atender aos requisitos legais necessários para a contratação.

7.3. A Proposta de Preços deverá ter indicação e descrição de forma detalhada das características do objeto da presente Dispensa Emergencial, em rigorosa conformidade com as especificações do Chamamento e seus Anexos, especialmente o Desconto, expresso em percentual (%) com no máximo, 02(duas) casas decimais, e nele deverão estar inclusos todos os custos que incorram ouvenham a incorrer sobre o objeto licitado, ficando esclarecido que não serão admitidas propostas alternativas.

7.4. O valor do Desconto ofertado, expresso em percentual (%) com no máximo, 02(duas) casas decimais, admitido para o pagamento da prestação dos serviços, incidirá sobre o montante mensal de gastos efetuados com abastecimento através do sistema de gerenciamento da proponente.

7.5. Os valores do Desconto em percentual (%) cotados deverão ser referidos à data de recebimento das propostas, considerando-se a condição de pagamento à vista, não devendo por isso computar qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas.

7.6. Serão aceitos a apresentação de Descontos que representem valor **igual ou abaixo de zero (NEGATIVO)**.

7.7. Os preços cotados deverão ser referidos à data de recebimento das propostas, considerando-se a condição de pagamento à vista, não devendo por isso computar qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas.

7.8. A formulação da proposta implica para o proponente a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, tornando-o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

7.9. A Empresa vencedora deverá disponibilizar, no ato da assinatura do contrato Emergencial, rede de postos de abastecimento credenciados e equipados para aceitar transações com os cartões eletrônicos, ou transações via internet, dentro do Município de Salvador.

7.10. A CMS poderá solicitar a qualquer tempo credenciamento de novos estabelecimentos.

8. DOCUMENTOS PASSÍVEIS DE SUBSTITUIÇÃO PELO SICAF

8.1. O Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, estando no prazo de validade, poderá substituir todos os documentos relativos à documentação referida no **ITEM 18** abaixo, exceto os concernentes à Qualificação Técnica. Caso o certificado consigne algum documento vencido, a empresa deverá apresentar a versão atualizada do referido documento no envelope contendo a documentação.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. É vedada a subcontratação parcial ou total do objeto. A associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato Emergencial, não se responsabilizando o CONTRATANTE por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

10. CONSÓRCIOS

10.1. Não poderão participar desta Dispensa Emergencial pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

11. DAS OBRIGAÇÕES

11.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Empresa contratada obriga-se a implantar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, após a assinatura do contrato Emergencial, o serviço de gerenciamento de frota desta Casa Legislativa, com o fornecimento do sistema informatizado e cartões eletrônicos para cada veículo, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE. A implantação e a operação compreendem os seguintes itens:

11.1.1. Planejamento da implantação do sistema de gerenciamento e validação pelo Setor de Transportes da Câmara Municipal de Salvador;

11.1.2. Acesso ao Sistema de Gestão de Abastecimento da Frotas em níveis de acessos conforme definido pelo Setor de Transportes do Câmara Municipal de Salvador, cabendo ao sistema oferecerníveis de permissão (consulta/administração) de acesso;

11.1.3. Cadastramento e registro dos veículos da frota do contratante.

11.1.4. Confecção dos cartões eletrônicos para todos os veículos e mais 10(dez) cartões extras (genérico/coringa) para serem utilizados pelos Assessores Técnicos em qualquer veículo que esteja à disposição da CMS e com qualquer tipo de combustível, sendo impressa em cada um a identificação da Contratante, a saber: Câmara Municipal de Salvador, e mais a confecção de cartões coringas para eventuais problemas nos cartões titulares;

11.1.5. Fornecimento de novos cartões eletrônicos, sempre que solicitado pela Contratada, em caso de perda, dano ou extravio, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados do registro do pedido;

11.1.6. Possibilitar a Câmara Municipal de Salvador, de acordo com as necessidades do serviço, o remanejamento dos créditos não utilizados para outros cartões através do sistema de gerenciamento;

11.1.7. Cadastramento de todos os usuários e Gestores do Sistema, com seus respectivos níveis de acesso;

11.1.8. Cadastramento de todos os motoristas e condutores dos veículos do CONTRATANTE;

11.1.9. Apresentação da Rede Credenciada, com Identificação visual no posto e divulgação em sistema informatizado de gerenciamento do serviço, compatível com o ambiente seguro, via WEB, on-line;

11.1.10. Implantação e parametrização dos sistemas tecnológicos;

11.1.11. Treinamento de Usuários, Gestores, Motoristas e condutores;

11.1.12. Disponibilizar estrutura de consultoria permanente durante a vigência contratual, que deverá ser realizada através de, no mínimo, duas visitas mensais a Câmara Municipal de Salvador, em seu Setor de Transportes, por profissional devidamente autorizado pela CONTRATADA, objetivando subsidiar o uso do sistema e a performance quanto aos indicadores de desempenho na gestão da frota;

11.1.13. Ampliar e disponibilizar a rede credenciada, mediante solicitação do Setor de Transportes do Câmara Municipal de Salvador, no prazo máximo de 15 (quinze) dias do recebimento do referido pedido, mantendo um número mínimo de credenciados por região, conforme exige este certame;

11.1.14. Pagar pontualmente a rede credenciada pelo valor efetivamente utilizado pela Contratante, ficando claro que a CONTRATANTE não responde solidária ou subsidiariamente por esse pagamento, que é de total responsabilidade da CONTRATADA;

11.1.15. Manter a identificação visual da sua rede credenciada em local visível;

11.1.16. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto à execuçãodos serviços contratados;

11.1.17. Dispor, permanentemente, para o Setor de Transportes da Câmara Municipal de Salvador, por meio de mídia eletrônica, de todos os dados operacionais e financeiros da frota obtida durante a vigência do contrato Emergencial, inclusive após o seu término;

11.1.18. Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir inclusive peças, às suas expensas, no total ou em parte, o objetivo deste contrato Emergencial em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da comunicação expedida pelo Setor de Transportes da Câmara Municipal de Salvador, podendo ser enquadrado de acordo com a tabela/lista de imperfeições;

11.1.19. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comercias, de transportes e todas as demais obrigações legais resultantes da execução do Contrato Emergencial;

11.1.20. Responder pelos danos causados diretamente a Câmara Municipal de Salvador ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo na execução do Contrato Emergencial, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou acompanhamento

pela CONTRATANTE;

11.1.21. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação do serviço e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga prontamente a atender;

11.1.22. Disponibilizar, às suas expensas, sistema informatizado de gerenciamento do serviço, compatível como ambiente seguro, via WEB, on-line, interligando os locais de atendimento com a Câmara Municipal de Salvador;

11.1.23. Disponibilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, funcionalidades adicionais no sistema informatizado, quando solicitado pela Contratante, que visem atender ao objeto do Contrato Emergencial;

11.1.24. Facultar a Câmara Municipal de Salvador o pleno acesso às informações do sistema, inclusive para a extração, a qualquer tempo, de relatórios referentes aos serviços prestados;

11.1.25. Disponibilizar manual de utilização do sistema em língua portuguesa;

11.1.26. Disponibilizar suporte técnico, presencial e/ou por telefone e acesso remoto, sem custo para o CONTRATANTE;

11.1.27. Disponibilizar ampla capacidade de armazenamento de dados, sendo vedada qualquer limitação de armazenamento;

11.1.28. Disponibilizar através do sistema a possibilidade de exportação de dados para várias tecnologias (xls, txt, pdf ou xml);

11.1.29. Fornecer, sem ônus ao CONTRATANTE, a licença de uso de software que viabilize o gerenciamento do cadastro e dos abastecimentos da frota de veículos do CONTRATANTE e responsabilizar-se pela produção do sistema em questão, incluindo, mas não se limitando, aos equipamentos servidores, hospedagem das aplicações do sistema em site próprio, manutenção das bases de dados, procedimentos de instalação, migração, backup, recuperação, segurança, treinamento a usuários finais, ambiente e softwares operacionais, e quaisquer outras atividades, softwares, hardwares ou serviços necessários à operação e produção plena do sistema com todas as suas funcionalidades previstas;

11.1.30. Disponibilizar, sem ônus ao CONTRATANTE, as atualizações das funcionalidades do software;

11.1.31. Credenciar, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da assinatura

do contrato Emergencial, sob pena de rescisão, postos, devidamente equipados para aceitar as transações do sistema integrado, no Município de Salvador;

11.1.32. Atender às solicitações do CONTATANTE, a qualquer tempo, referente a credenciamento de novos postos, devendo o credenciamento ser efetivado em prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos;

11.1.33. Atualizar a listagem de estabelecimentos credenciados ou excluídos, informando as alterações em correspondência dirigida ao CONTRATANTE. A listagem de estabelecimentos credenciados deve ser fornecida sempre que solicitada pelo CONTRATANTE;

11.1.34. Guardar sigilo sobre as informações do CONTRATANTE constantes do seu banco de dados, devendo mantê-las arquivadas e disponíveis ao CONTRATANTE, após a extinção do contrato Emergencial, por no mínimo, 05 (cinco) anos;

11.1.35. Manter, durante a vigência do contrato Emergencial, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando, sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;

11.1.36. Será de responsabilidade da contratada e às suas expensas os custos com todos os equipamentos, softwares e realização de todo o treinamento dos responsáveis pelas bases de gerenciamento no que se refere à utilização dos sistemas de controle e processamento, assim como pela capacitação no uso dos cartões, pelos usuários e pelos fornecedores dos serviços objeto do Chamamento;

11.1.37. Os preços dos combustíveis da rede credenciada deverão seguir o valor médio estabelecido no Município de Salvador pela Agência Nacional de Petróleo – ANP;

11.1.38. Ampliar a rede credenciada, quando solicitada ou quando detectar necessidade, e após planejamento conjunto com a Diretoria Administrativa/Coordenação de Transporte, visando reduzir as eventuais deficiências quanto à capilaridade da rede existente. Quando houver solicitação de credenciamento pela Contratante, esta deverá ser atendida no prazo máximo de 15 (quinze) dias do recebimento do referido pedido.

11.1.39. Atualizar a listagem de estabelecimentos credenciados ou excluídos, sempre que houver alterações ou sempre que solicitado pela Contratante;

11.1.40. Atender e solucionar quaisquer problemas no sistema de gerenciamento, no prazo máximo de 06 (seis) horas.

11.1.41. Deverá a contratada manter atualizadas as informações sobre a rede de estabelecimentos credenciados ao sistema, comunicando periodicamente a cada 60 (sessenta) dias, as novas inclusões e/ou exclusões.

11.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Câmara Municipal de Salvador visando a execução do objeto responsabilizar-se-á por:

11.2.1. Prestar à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para a execução dos serviços;

11.2.2. Fornecer a relação dos veículos, pertencentes à CONTRATANTE, autorizados a utilizar os serviços;

11.2.3. A CONTRATANTE deverá comunicar à CONTRATADA as alterações na relação de veículos, autorizados para o abastecimento.

11.2.4. Solicitar à CONTRATADA substituição dos estabelecimentos credenciados que forem considerados incompatíveis com o objeto deste contrato Emergencial, bem como pedir a inclusão de novas empresas.

11.2.5. Controlar a execução do contrato Emergencial baseada na quantidade de litros de combustível estabelecido neste Projeto Básico, para o período de 90 (noventa) dias consecutivos e ininterruptos ou até a conclusão de novo procedimento licitatório, já instaurado por esta CMS, garantindo, dessa forma, que o consumo de litros em quantidade não seja superior a indicada neste documento.

11.2.6. Garantir que o custo estimado mensal seja variável, conforme preços médios do combustível publicados pela ANP, de modo a permitir o consumo da mesma quantidade de litros fixados neste Termo.

11.2.7. Designar servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato Emergencial.

11.2.8. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o mesmo, na forma prevista na Lei nº 8.666/93;

11.2.9. Cumprir e exigir o cumprimento das disposições contidas nas cláusulas do contrato Emergencial, podendo aplicar as penalidades previstas em Lei, pelo não cumprimento

das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços;

11.2.10. Exigir, a qualquer tempo, a comprovação das condições da CONTRATADA, que ensejaram sua contratação, com relação às qualificações exigidas neste Projeto Básico e no Chamamento;

11.2.11. Notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção.

11.2.12. Proceder às advertências, multas e demais cominações legais, pelo descumprimento parcial ou total das disposições deste Projeto Básico e do Contrato Emergencial de Prestação de Serviços;

11.2.13. Atestar a execução do contrato Emergencial por meio dos setores competentes;

11.2.14. Verificar e aceitar as faturas emitidas pela CONTRATADA, recusando-as quando inexatas ou incorretas;

11.2.15. Pagar à CONTRATADA o valor referente aos serviços efetivamente prestados, no prazo e condições estabelecidas neste instrumento, no Chamamento e contrato Emergencial, após comprovação devidamente atestada;

11.2.16. Efetuar as retenções tributárias devidas, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela CONTRATADA, no que couber;

11.2.17. Descontar de quaisquer créditos da CONTRATADA, valores necessários ao ressarcimento de danos e/ou prejuízos causados à CMS;

12. DAS SANÇÕES

A CONTRATADA cumprirá, rigorosamente, as condições estabelecidas, na proposta vencedora, no Chamamento e seus anexos, sobretudo neste Projeto Básico, e no contrato Emergencial, para execução do serviço objeto da Dispensa Emergencial, inclusive obrigações adicionais estabelecidas no contrato Emergencial, sob pena de, descumprindo as obrigações contratuais ou cometendo os ilícitos, sujeitar-se às seguintes penalidades:

Multa, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, da seguinte forma:

a. 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato Emergencial, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato Emergencial, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

b. 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado;

c. 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado, por dia subsequente ao trigésimo.

12.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato Emergencial, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

12.2. Qualquer penalidade somente poderá ser aplicada mediante processo administrativo, no qual se assegurem a prévia defesa e o contraditório, consoante rito estabelecido no art. 87, § 2º da Lei 8.666/93, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/99.

12.3. As multas previstas no item 11.1, não impedem que a Administração rescinda unilateralmente o contrato Emergenciale aplique as demais sanções previstas na lei.

12.4. As multas previstas nesta clausula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

12.5. Para a aplicação das penalidades previstas será levada em conta a natureza e a gravidade da falta, osprejuízos dela advindos para a Administração Pública e a reincidência na prática do ato.

12.6. A CMS, *ad cautelam*, poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, antes da instauraçãodo regular procedimento administrativo.

13. PARA DISPENSA EMERGENCIAL EXIGIR-SE-ÃO OS DOCUMENTOS RELATIVOS A

13.1. <u>Habilitação Jurídica, comprovada mediante a apresentação</u>:

a. de registro público, no caso de empresário individual

b. do ato constitutivo, estatuto ou contrato Emergencial social, com suas eventuais alterações superveniente em vigor, devidamente registrados, no caso de sociedades comerciais, e, em se tratando de sociedades por ações, acompanhados dos documentos societários comprobatórios de eleição ou designação e investidura dos atuais administradores;

c. no caso de sociedades simples, do ato constitutivo, estatuto ou contrato Emergencial social, com suas eventuais alterações superveniente em vigor, devidamente registrados,

acompanhados dos atos comprobatórios de eleição e investidura dos atuais administradores;

d. decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

e. ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

OBS: O documento de habilitação jurídica deverá expressar objeto social pertinente e compatível com o objeto da Dispensa Emergencial**.**

13.2. **Regularidade Fiscal, mediante a apresentação de:**

a. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b. prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Municipal, relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c. prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, bem como de regularidade para com a Fazenda do Estado da Bahia;

d. prova de regularidade para com a Fazenda Federal, inclusive INSS;

e. prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF.

13.3. **Regularidade Trabalhista, mediante a apresentação de:**

a. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

13.4. **Qualificação Econômico-Financeira, comprovada mediante:**

a. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. A empresa apresentará, conforme o caso, publicação no Diário Oficial ou Jornal de Grande Circulação do Balanço ou cópia reprográfica das páginas do Livro Diário numeradas sequencialmente onde foram transcritos o Balanço e a Demonstração de Resultado, com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento registrados na Junta

Comercial e Certidão de Regularidade Profissional, emitida pelo Conselho Regional de Contabilidade ou no caso de empresas sujeitas à tributação com base no lucro real, o Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado emitido através do SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) contendo Recibo de Entrega do Livro, os Termos de Abertura, Encerramento e Autenticação, podendo este último ser substituído pela Etiqueta da Junta Comercial ou Órgão de Registro.

b. certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do proponente, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da reunião da Dispensa Emergencial, prevista neste Projeto Básico, caso o documento não consigne prazo de validade.

c. demonstração de patrimônio líquido no montante mínimo de 10% do valor a ser contratado, o qual será obtido com base na proposta final apresentada pela própria empresa, admitindo-se a atualização do balanço com base no INPC do IBGE.

13.5. **Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor**

a. Conforme o **inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal**, deverá ser apresentado declaração quanto ao trabalho do menor, conforme modelo constante do **ANEXO IV** deste Instrumento.

13.6. **Qualificação Técnica:**

a. comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da Dispensa Emergencial, através da apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, preferencialmente de acordo com o modelo constante do **ANEXO III**;

b. Os atestado(s) deverão demonstrar que a empresa gerenciou, controlou e forneceu combustíveis, em rede de postos credenciada, através de sistema informatizado e integrado com tecnologia de cartão eletrônico com chip, **em no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais, aqui estabelecidos, de postos credenciados e litros fornecidos.**

c. Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica;

d. O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a prestação de serviço no âmbito de atividade econômica principal e/ou secundária da Empresa, comprovados por meio do Contrato Emergencial Social ou dos dados constantes do **SICAF**.

14. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS MÁXIMO

MAPA ANALÍTICO DE PREÇOS						
ITEM	**PRODUTO/SERVIÇO**	**COMB.**	**LITROS**	**MÉDIA (TX)**	**M.G**	
				R$	**Total**	
1	**SERVIÇO DE FORNECIMENTO, GERENCIAMENTO E CONTROLE DE COMBUSTIVEIS ATRAVES DE SISTEMA INFORMATIZADO. CONFORME ESPECIFICAÇOES TR**	GASOL.	46.850,77	5,79	R$	271.265,96
		DIESEL	817,40	4,70	R$	3.841,78
	Total sem Desconto				**R$**	**275.107,74**
	Desconto			**0,00%**	**R$**	-
	Total Mensal				**R$**	**275.107,74**
	Total 3 MESES				**R$**	**825.323,21**
Maior Preço LT da gasolina nos últimos 15 dias:		**5,79**				
Maior Preço LT do diesel nos últimos 15 dias:		**4,70**				

15. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO EMERGENCIAL

a. A fiscalização do contrato Emergencial será de responsabilidade do servidor: Luciano Santana Cunha, cad.6174, ocupante do cargo Assistente.

Salvador, 10 de maio de 2021

Luciano Santana Cunha
Assistente Legislativo / Cad. 6174

ANEXO I

PLANILHA ESTIMATIVA CONSUMO EM LITROS/TIPO - COMBUSTÍVEL – VEÍCULOS

RELAÇÃO QTD. LITROS / VEÍCULOS - TIPO COMBUSTÍVEL				
Centro de Custo	**Quant. de litros**	**Veículos**	**Combust.**	**Qtd.**
PRESIDÊNCIA	1.717,39	SW4 E COROLLA	Diesel/Gas	**2**
VEREADORES	30.000,00	VERSA 1.6	Gasolina	**43**
DIRETORIA ADM	658,7	GOL	Gasolina	**1**
ASSESSOR TEC	1.129,39	GOL	Gasolina	**-**
DIRETORIA FIN	658,7	GOL	Gasolina	**1**
ASSESSOR TEC	1.129,39	GOL	Gasolina	**-**
DIRETORIA LEG	658,7	GOL	Gasolina	**1**
ASSESSOR TEC	1.129,39	GOL	Gasolina	**-**
DIR COMUNICAÇÃO	658,7	GOL	Gasolina	**1**
PROCURADORIA	658,7	GOL	Gasolina	**1**
SUB-PROCU	564,7	GOL	Gasolina	**1**
ASSESSOR TEC	1.129,39	GOL	Gasolina	**-**
CONTROLADORIA	658,7	GOL	Gasolina	**1**
ASSESSOR TEC	1.129,39	GOL	Gasolina	**-**
GABINETE DA PRES.	658,7	GOL	Gasolina	**1**
CERIMONIAL	408,7	GOL	Gasolina	**1**
ASS. MILITAR	2.576,09	GOL	Gasolina	**3**
TRANSPORTE 1	408,7	GOL	Gasolina	**1**
TRANSPORTE 2	408,7	GOL	Gasolina	**1**
TRANSPORTE 3	408,7	SPRINTER	Diesel	**1**
TRANSPORTE 4	408,7	HILUX CAB. S	Diesel	**1**
TRANSPORTE MT	100	DOBLÔ	Gasolina	**1**
TV CÂMARA	408,7	GOL	Gasolina	**1**
TOTAL	**47.668,17**	**-**	**-**	**63**

ANEXO II - MODELO DE DESCRIÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

Chamamento Público	Número

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento, controle e fornecimento de combustíveis, em rede de postos credenciados, através de sistema informatizado e integrado com tecnologia de cartão eletrônico com chip, para a frota de veículos utilizados pela Câmara Municipal de Salvador, **CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE CHAMAMENTO E SEUS ANEXOS.**

NOME DA EMPRESA:
CNPJ:
REPRESENTANTE:
ENDEREÇO e TELEFONE:
E-MAIL:
AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA:

MAPA ANALÍTICO DE PREÇOS					
ITEM	**PRODUTO/SERVIÇO**	**COMB.**	**LITROS**	**MÉDIA (TX)**	**M.G**
				R$	**Total**
1	SERVIÇO DE FORNECIMENTO, GERENCIAMENTO E CONTROLE DE COMBUSTIVEIS ATRAVES DE SISTEMA INFORMATIZADO. CONFORME ESPECIFICAÇOES TR	GASOL.	46.850,77		R$
		DIESEL	817,40		R$
	Total sem Desconto				**R$**
	Desconto			**0,00%**	**R$ -**
	Total Mensal				**R$**
	Total 3 MESES				**R$**
Maior Preço LT da gasolina nos últimos 15 dias					
Maior Preço LT do diesel nos últimos 15 dias:					

DESCONTO OFERTADO %: X,XX%

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R$

VALIDADE DA PROPOSTA:

Declaramos que estão inclusos no preço todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

Declaramos que estão no preço estão inclusos todos os impostos, além do lucro, todas e

quaisquer despesas de custos, direta ou indiretamente, relacionadas com a consecução do objeto da licitação.

ANEXO III - PROVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

MODELO DE COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO DE DESEMPENHO

Chamamento Público	Número

Declaramos, para fins de habilitação em Dispensa Emergencial, que a empresa XXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ XXXXXXXXXXXXXX, com endereço na XXXXXXXXXX, prestou serviço de XXXXXXXXXXXXXXXX, atendendo integralmente as especificações CONTRATADAS, inexistindo, até a presente data, registros negativos que comprometam a prestação.

Especificação	Quantitativo	Prazo de execução

Salvador _____de _____ de 2021.

_____
RAZÃO SOCIAL / CNPJ / NOME DO REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

ANEXO IV - MODELO DE PROVA HABILITAÇÃO - PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR

Chamamento Público	Número

Declaramos, sob as penas da lei, em atendimento ao quanto previsto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre,

ou

( ) nem menor de 16 anos.

( ) nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Salvador _____de _____ de 2021.

_____
RAZÃO SOCIAL / CNPJ / NOME DO REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

ANEXO V

MINUTA DO CONTRATO EMERGENCIAL

CONTRATO EMERGENCIAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A **CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR** E A EMPRESA _____.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR**, inscrita no CNPJ sob o nº 14.674.402/0001-86, com sede à Praça Thomé de Souza, s/nº, Nesta Capital, CEP nº 40.020-010, neste ato representada por seu Presidente, o Excelentíssimo Senhor Vereador **GERALDO ALVES FERREIRA JÚNIOR**, conforme DOL nº 5.899, Ano XXX, p. 24, datado de 12/02/2021, devidamente autorizado pelo art. 35, I e XIX, da Resolução nº 910/1991, publicada no DOM de 16 e 17/05/1991, doravante denominada **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à Rua/Avenida _____, nº _____, sala _____, bairro, cidade, Estado, CEP nº _____, neste ato representada pelo(a) sócio(a)-administrador(a) _____, nacionalidade, estado civil, profissão, portador(a) da cédula de identidade nº _____, expedida pelo(a) _____/____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado(a) na Rua/Avenida _____, nº_____, bairro, cidade, Estado, CEP nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar este **CONTRATO EMERGENCIAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, resultante do Chamamento nº 01/2021, consoante instrução do Processo Administrativo CMS nº 587/2021, que se regerá pelo disposto na Lei Federal nº 8.666/1993, bem como na Lei Municipal nº 4.484/1992 (no que couber), e às determinações da **CONTRATANTE**, atendidas as cláusulas e condições que anunciam a seguir e, do qual, ficam fazendo parte integrante, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:

a) Projeto Básico;

b) Proposta apresentada pela **CONTRATADA** aos 19/05/2021; e

c) Processo Administrativo CMS nº 587/2021.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

1.1. A contratação do serviço justifica-se pela necessidade de garantir o abastecimento da frota de veículos utilizados pela **CONTRATANTE** em rede especializada de postos de combustíveis, de forma contínua e ininterrupta.

1.2. A sistemática de gerenciamento de frota tem como objetivo promover a otimização, padronização e racionalização no abastecimento de combustíveis em geral, em rede especializada de postos, com tecnologia de cartão com chip, em caráter contínuo e ininterrupto dos veículos utilizados pelos vereadores e corpo diretivo da **CONTRATANTE**.

1.3. A execução dos serviços propostos atenderá com maior presteza e economicidade as rotinas afetas à gestão e abastecimento da frota de veículos da **CONTRATANTE**, utilizando-se para tanto de ferramentas úteis que viabilizem sua análise e gestão, aliado à um controle gerencial moderno e eficiente.

1.4. Tal sistemática é uma tendência de crescente utilização tanto na iniciativa privada como em órgãos públicos em consequência das inúmeras vantagens que oferece, tais como:

1.4.1. Controles dinâmicos e eficazes, que conferem veracidade às informações e permitem reduzir o tempo de coleta, digitação, compilação e análise de dados;

1.4.2. Flexibilidade do sistema de abastecimento dos veículos, por acesso facilitado a uma rede de serviços com qualidade e preços adequados;

1.4.3. Agilidade nos procedimentos de gerenciamento da frota;

1.4.4. Obtenção de informações sobre o abastecimento em tempo hábil para tomada de decisões; e

1.4.5. Melhoria do gerenciamento da frota através do controle de custo por quilometragem, permitindo o cálculo das despesas por veículo através de relatórios emitidos pelo sistema.

1.5. Os serviços de gerenciamento de frotas têm como finalidade:

1.5.1. Instituir procedimentos operacionais e administrativos, para atender a necessidade de abastecimento dos veículos da **CONTRATANTE** através de um sistema que contemple ampla rede de postos credenciados;

1.5.2. Agilidade nos procedimentos de abastecimento dos veículos; e

1.5.3. Flexibilização da compra de combustíveis, por acesso facilitado a uma rede de venda dos produtos respectivos, com qualidade e, sobretudo, com oferta de melhor preço praticado no mercado por empresas credenciadas no sistema.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA INTERPRETAÇÃO DO CONTRATO EMERGENCIAL

2.1. Este Contrato Emergencial reger-se-á por suas cláusulas, bem como pelos preceitos de direito público, especialmente pelas disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, da Lei Municipal nº 4.484/1992 (no que couber), nº 8.421/2013, bem como dos Decretos Municipais nº 10.267/1993, nº 15.709/2005, nº 15.984/2005 e nº 24.419/2013, e, ainda, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

2.2. Os serviços executados deverão obedecer rigorosamente a todas as normas aplicáveis a este Contrato Emergencial, quais sejam: Leis, Decretos, Portarias, Instruções e Resoluções, e demais Normas Federais, Estaduais e Municipais que sejam pertinentes.

2.3. Integram o presente Contrato Emergencial como se aqui transcritos fossem, a proposta de preço da **CONTRATADA**, as especificações e demais elementos que compuseram o processo de Dispensa Emergencial, em especial o Projeto Básico e seus anexos, caso existam.

2.4. Havendo divergência entre este Contrato Emergencial e o Projeto Básico, prevalecerão as disposições deste último.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. O presente negócio jurídico tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento, controle e fornecimento de combustíveis, em rede de postos credenciada, através de sistema informatizado e integrado com tecnologia de cartão eletrônico com chip, para a frota de veículos utilizados pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA QUARTA – DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. **Da descrição e da gestão dos serviços:**

4.1.1. O serviço objeto deste Contrato Emergencial abrange a administração e gerenciamento do fornecimento de cartões de combustíveis para abastecimento de combustíveis da frota da **CONTRATANTE**, conforme relação de veículos constante do **ANEXO I** do Projeto Básico**.**

4.1.2. Para tanto, haverá a implantação e operação pela **CONTRATADA** de um sistema tecnológico integrado, via internet, que viabilizará o gerenciamento e o pagamento dos serviços de abastecimento de combustíveis, junto à rede de credenciados.

4.1.3. Os veículos terão cartão eletrônico próprio, magnético ou com tecnologia "SMART".

4.1.4. Cada condutor terá sua identificação validada através de uma senha pessoal, durante a execução de qualquer operação realizada na rede de postos de abastecimento credenciados.

4.1.5. Para tanto, deverão ser disponibilizados *logins* e senhas de acesso ao sistema para o gestor/fiscal do contrato Emergencial.

4.1.6. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar métodos e uma solução que iniba e identifique com agilidade a falha de segurança nas eventuais utilizações não autorizadas.

4.1.7. As atividades de gerenciamento do abastecimento de combustíveis deverão conter:

4.1.7.1. Sistema tecnológico para processamento de informações, através da Internet, com acesso ao Setor de Transportes da **CONTRATANTE**;

4.1.7.2. Processo de consolidação de dados e emissão de relatórios pela Internet à **CONTRATANTE**;

4.1.7.3. Sistema tecnológico integrado para viabilizar o pagamento dos serviços de abastecimento executados na rede credenciada;

4.1.7.4. Envio das notas fiscais/faturas liquidadas junto à rede credenciada da **CONTRATADA**, e em formato digital, contemplando, no mínimo, as seguintes informações: razão social, endereço completo, nome fantasia, CNPJ, Inscrição Estadual, data de emissão, modelo da NF, natureza da operação, série da NF, quantidade de litros, valor da NF;

4.1.7.5. Rede credenciada de postos, equipados para aceitar todas as transações do sistema tecnológico da **CONTRATADA**, no Município de Salvador;

4.1.7.6. Sistema de gerenciamento integrado, ao qual terá acesso o Setor de Transportes da **CONTRATANTE** e que possibilitará a emissão dos seguintes relatórios:

- Extrato analítico/sintético contendo todos os abastecimentos, individualmente discriminados por veículo, apresentando gráfico e tabelas comparativos entre veículos, bem como data, hora, local e quilometragem no momento em que foram efetuadas as operações;
- Consolidação mensal da quantidade de veículos que efetuaram abastecimento;
- Ranking de despesas (maiores consumos) por veículo ou qualquer outro filtro disponível no sistema;
- Relatórios comparativos entre veículos ou qualquer outro, desde que haja informação disponível no sistema da **CONTRATADA**;
- Relatório de Composição da Frota que permitirá ao Gestor identificar a quantidade total de veículos cadastrados no Sistema, possibilitando a classificação de diferentes formas, seja por fabricante, modelo, versão ou ano de fabricação;
- Relatório de Histórico de Frota que listará todas as operações realizadas por um veículo ou por todos os veículos da **CONTRATANTE**;
- Relatório de Análise de Consumo de Combustível que permitirá ao Gestor avaliar, em um determinado período, a performance dos veículos da Frota em termos de consumo (km/L) de combustível;
- Relatório de Histórico de Quilometragem da Frota: deverá informar a quilometragem percorrida por veículo da frota e o consumo de combustível, em determinado período definido;

- Relatório de Preços Praticados nos Postos Credenciados: identificará o preço por litro unitário dos combustíveis nos postos credenciados, que estejam dentro da faixa de preço de mercado;
- Relatórios de Utilização de Combustível, por veículo da Frota que apresentará, em determinado período definido, o quantitativo pormenorizado de combustível, utilizados, identificando inclusive o tipo de combustível e os postos credenciados nos quais os serviços foram utilizados;
- Relatório de Desvio de hodômetro, que possibilitará a verificação de eventuais divergências verificadas na captação da quantidade de litros abastecidos por veículo da Frota;
- Relatório de Desvio de Consumo de Combustível, que possibilitará a verificação de eventuais divergências verificadas na captação da quantidade de litros abastecidos por veículo da Frota;
- Relatório de Extrato de Conta portador/Conta Base, que verificará o extrato da conta de cada veículo da Frota e o saldo existente, a fim de acompanhar as despesas realizadas em um período definido;
- Relatório de Evolução de Despesas da Frota, que possibilitará a verificação da evolução de despesas da frota dentro de um determinado período;
- Relatório de Relacionamento Cartão X Conta Portador, que possibilitará a identificação de cartão eletrônico correspondente ao veículo que o utiliza; e
- Disponibilização de cartões individuais eletrônicos que viabilizam o gerenciamento de informações da frota, sendo um para cada veículo, mais 10 (dez) cartões extras (genérico/coringa) para serem utilizados pelos Assessores Técnicos em qualquer veículo que esteja à disposição da **CONTRATANTE** e com qualquer tipo de combustível, conforme especificado na planilha constante no **ANEXO I** do Projeto Básico.

4.1.8. A **CONTRATADA** desenvolverá, às suas expensas, sistema informatizado de gerenciamento do serviço, compatível com o ambiente seguro, via WEB, on-line, interligando os locais de atendimento com a **CONTRATANTE**.

4.1.9. A **CONTRATADA** deverá ainda facultar à **CONTRATANTE** pleno acesso às informações do sistema, inclusive para a extração, a qualquer tempo, de relatórios referentes aos serviços prestados, discriminados, com os respectivos custos.

4.1.10. As atividades previstas acima deverão ser realizadas de forma contínua, eficiente e eficaz.

4.2. **Do fluxo operacional:**

4.2.1. Quando da assinatura deste instrumento, a **CONTRATADA** já deverá disponibilizar rede de postos de abastecimento credenciados e equipados para aceitar transações

com os cartões eletrônicos, ou transações via internet, dentro do Município de Salvador atendendo as demandas do item 4.1 – Da descrição e da gestão dos serviços, acima.

4.2.2. A discriminação da frota de veículos da **CONTRATANTE** encontra-se no **ANEXO I** do Projeto Básico e poderá sofrer acréscimo ou diminuição, acarretando alteração no consumo dos produtos ou serviços para mais ou para menos. Tal fato não poderá onerar o Desconto ofertado, conforme relação de veículos.

4.2.3. A **CONTRATANTE** informará os limites de crédito para cada cartão, a fim de serem gastos com abastecimento objeto deste Contrato Emergencial.

4.2.4. Deverão ser repassadas à **CONTRATANTE** todas as atualizações e alterações no sistema operacional de gerenciamento de frota de veículos utilizado pela **CONTRATADA**.

4.2.5. A **CONTRATADA** deverá apresentar o credenciamento de, pelo menos, uma unidade de fornecimento de combustíveis, que esteja localizada a uma distância **máxima de 5 (cinco) Km da sua sede**, situada à **Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro, Salvador, Bahia, CEP nº 40.020-010**.

4.2.6. A **CONTRATANTE** indica quantitativo para fins de credenciamento **o mínimo de 20 (vinte) postos de combustíveis**.

4.2.7. A comprovação deverá ser efetivada mediante apresentação de documentos comprobatórios, relação nominal e contrato Emergencial de credenciamento da rede de estabelecimentos credenciados e ativos, no ato de assinatura deste instrumento.

4.3. **Do controle da segurança e do gerenciamento:**

4.3.1. O uso do cartão para qualquer operação somente será possível após digitação de uma senha válida do usuário.

4.3.2. O bloqueio do uso do cartão de veículo/usuário deverá ser *online*, a partir da base operacional, mediante rotina/senha específica.

4.3.3. Deverá ser possível a troca periódica ou validação de senha pessoal.

4.3.4. O cancelamento do cartão somente poderá ser feito por pessoa credenciada na base operacional.

4.3.5. O uso indevido de cartão de veículo não autorizado, cancelado ou bloqueado pela base operacional, se constatado, será considerado falha e as despesas efetivadas serão pagas pela **CONTRATADA**.

4.3.6. Cada veículo deverá possuir seu próprio cartão e cada condutor deverá ter sua identificação validada através de senha, durante a execução de qualquer operação realizada na rede credenciada.

4.3.7. A **CONTRATADA** deverá substituir o cartão extraviado ou que tenha sofrido algum dano que inviabilize seu uso correto, conforme solicitação do Setor de Transportes da **CONTRATANTE**.

4.3.8. A **CONTRATANTE** deverá atualizar a listagem de estabelecimentos credenciados ou excluídos, disponibilizando, através de correspondência encaminhada ao Setor de Transportes da **CONTRATANTE**.

4.4. **Demais disposições acerca da execução dos serviços:**

4.4.1. Nos casos de defeito do chip do cartão eletrônico, perda ou qualquer dano nos cartões, deverá a **CONTRATANTE** comunicar à empresa contratada, para que esta realize a devida substituição, no período máximo de 10 (dez) dias corridos, sem custo para aquela.

4.4.2. A **CONTRATANTE** poderá solicitar a qualquer tempo credenciamento de novos estabelecimentos.

4.4.3. Deverá ser assegurado, a qualquer tempo, o direito de fiscalizar a execução dos serviços. Verificada qualquer irregularidade, a **CONTRATANTE** poderá suspender a execução dos serviços ou recusar a aceitação dos mesmos.

4.4.4. A **CONTRATADA** deverá fornecer os cartões (1ª e 2ª vias) e deixar em pleno funcionamento o acesso às informações, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da entrega dos dados cadastrais da frota e dos usuários pelo Setor de Transportes da **CONTRATANTE**.

4.4.5. A **CONTRATADA** deverá possuir a rede credenciada exigida, na data da assinatura deste Contrato Emergencial, de acordo com as exigências previstas no certame.

4.4.6. A **CONTRATADA** será única e exclusivamente responsável por seus empregados, os quais deverão ser vinculados à mesma, assumindo todos os encargos trabalhistas, previdenciários e recolhimento de tributos e taxas incidentes.

4.4.7. A **CONTRATADA** deverá manter nos estabelecimentos credenciados à sua rede, em local bem visível, a identificação de sua adesão ao sistema.

4.4.8. A **CONTRATADA** deverá providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela **CONTRATANTE**, quanto à operacionalidade do gerenciamento.

4.4.9. A **CONTRATADA** deverá providenciar treinamento para todos os usuários indicados pela **CONTRATANTE**, que utilizarão os serviços objeto desta contratação, num prazo máximo de dez (10) dias úteis, contados a partir da data da entrega dos dados cadastrais da frota e dos usuários pelo Setor de Transportes.

4.4.10. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar atendimento 24 (vinte e quatro) horas para toda e qualquer comunicação entre as partes.

4.4.11. A **CONTRATADA** deverá atender a **CONTRATANTE** sempre que solicitada em inclusão de travas de sistema, de forma a otimizar o controle de abastecimento.

4.4.12. Deve ser possível agrupar as operações de gerenciamento de frota para controle de abastecimento, de forma hierarquizada, permitindo à **CONTRATANTE** representar a real estrutura organizacional da sua gestão de frota.

4.4.13. Deve ser possível parametrizar todos os tipos de restrições da **CONTRATANTE** em todos níveis hierárquicos aderentes, além de critérios de Grupo, Centros de Custo, tipo de veículo ou por veículo específico.

4.4.14. Deve ser possível permitir a **CONTRATANTE** a gestão financeira hierarquizada em níveis e subníveis, com gerenciamento financeiro para cada órgão e que permita o acompanhamento, a distribuição dos limites e acompanhamento de valores contingenciais de forma centralizada e hierarquizada de toda operação.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. A **CONTRATADA** obriga-se a implantar, **no prazo máximo de 15 (quinze) dias**, contados da data de assinatura deste Contrato Emergencial, o serviço de gerenciamento de frota para a **CONTRATANTE**, com o fornecimento do sistema informatizado e cartões eletrônicos para cada veículo, sem a imposição de qualquer custo adicional.

5.2. A implantação e a operação compreendem os seguintes itens:

5.2.1. Planejamento da implantação do sistema de gerenciamento e validação pelo Setor de Transportes da **CONTRATANTE**;

5.2.2. Acesso ao Sistema de Gestão de Abastecimento da Frotas em níveis de acessos conforme definido pelo Setor de Transportes da **CONTRATANTE**, cabendo ao sistema oferecer níveis de permissão (consulta/administração) de acesso;

5.2.3. Cadastramento e registro dos veículos da frota da **CONTRATANTE**;

5.2.4. Confecção dos cartões eletrônicos para todos os veículos, sendo impressa em cada um a identificação da **CONTRATANTE**, a saber: Câmara Municipal de Salvador, e mais a confecção de cartões coringas para eventuais problemas nos cartões titulares, conforme descrição deste Contrato Emergencial;

5.2.5. Fornecimento de novos cartões eletrônicos, sempre que solicitado pela Contratada, em caso de perda, dano ou extravio, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados do registro do pedido.

5.2.6. Possibilidade de a **CONTRATANTE**, de acordo com as necessidades do serviço, o remanejamento dos créditos não utilizados para outros cartões através do sistema de gerenciamento;

5.2.7. Cadastramento de todos os usuários e Gestores do Sistema, com seus respectivos níveis de acesso;

5.2.8. Cadastramento de todos os motoristas e condutores dos veículos da **CONTRATANTE**;

5.2.9. Apresentação da Rede Credenciada, com Identificação visual no posto e divulgação em sistema informatizado de gerenciamento do serviço, compatível com o ambiente seguro, via WEB, *online*;

5.2.10. Implantação e parametrização dos sistemas tecnológicos; e

5.2.11. Treinamento de Usuários, Gestores, Motoristas e condutores.

5.3. São obrigações da **CONTRATADA**, também:

5.3.1. Disponibilizar estrutura de consultoria permanente durante a vigência contratual, que deverá ser realizada através de, no mínimo, duas visitas mensais a **CONTRATANTE**, em seu Setor de Transportes, por profissional devidamente autorizado pela **CONTRATADA**, objetivando subsidiar o uso do sistema e a performance quanto aos indicadores de desempenho na gestão da frota;

5.3.2. Ampliar e disponibilizar a rede credenciada, mediante solicitação do Setor de Transportes do Câmara Municipal de Salvador, no prazo máximo de 15 (quinze) dias do recebimento do referido pedido, mantendo um número mínimo de credenciados por região, conforme exige este Contrato Emergencial;

5.3.3. Pagar pontualmente a rede credenciada pelo valor efetivamente utilizado pela **CONTRATANTE**, ficando claro que esta não responde solidária ou subsidiariamente por esse pagamento, que é de total responsabilidade da **CONTRATADA**;

5.3.4. Manter a identificação visual da sua rede credenciada em local visível;

5.3.5. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela **CONTRATANTE** quanto à execução dos serviços contratados;

5.3.6. Dispor, permanentemente, para o Setor de Transportes da **CONTRATANTE**, por meio de mídia eletrônica, de todos os dados operacionais e financeiros da frota obtida durante a vigência do contrato Emergencial, inclusive após o seu término;

5.3.7. Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir inclusive peças, às suas expensas, no total ou em parte, o objetivo deste contrato Emergencial em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da comunicação expedida pelo Setor de Transportes da **CONTRATANTE**, podendo ser enquadrado de acordo com a tabela/lista de imperfeições;

5.3.8. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comercias, de transportes e todas as demais obrigações legais resultantes da execução deste Contrato Emergencial;

5.3.9. Responder pelos danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo na execução deste Contrato Emergencial, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela **CONTRATANTE**;

5.3.10. Relatar à **CONTRATANTE** toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação do serviço e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga prontamente a atender;

5.3.11. Disponibilizar, às suas expensas, sistema informatizado de gerenciamento do serviço, compatível com o ambiente seguro, via WEB, *online*, interligando os locais de atendimento com a **CONTRATANTE**;

5.3.12. Disponibilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, funcionalidades adicionais no sistema informatizado, quando solicitado pela **CONTRATANTE**, que visem atender ao objeto deste Contrato Emergencial;

5.3.13. Facultar a **CONTRATANTE** o pleno acesso às informações do sistema, inclusive para a extração, a qualquer tempo, de relatórios referentes aos serviços prestados;

5.3.14. Disponibilizar manual de utilização do sistema em língua portuguesa;

5.3.15. Disponibilizar suporte técnico, presencial e/ou por telefone e acesso remoto, sem custo para a **CONTRATANTE**;

5.3.16. Disponibilizar ampla capacidade de armazenamento de dados, sendo vedada qualquer limitação de armazenamento;

5.3.17. Disponibilizar através do sistema a possibilidade de exportação de dados para várias tecnologias (xls, txt, pdf ou xml);

5.3.18. Fornecer, sem ônus à **CONTRATANTE**, a licença de uso de software que viabilize o gerenciamento do cadastro e dos abastecimentos da frota de seus veículos e responsabilizar-se pela produção do sistema em questão, incluindo, mas não se limitando, aos equipamentos servidores, hospedagem das aplicações do sistema em site próprio, manutenção das bases de dados, procedimentos de instalação, migração, *backup*, recuperação, segurança, treinamento a usuários finais, ambiente e softwares operacionais, e quaisquer outras atividades, softwares, hardwares ou serviços necessários à operação e produção plena do sistema com todas as suas funcionalidades previstas;

5.3.19. Disponibilizar, sem ônus à **CONTRATANTE**, as atualizações das funcionalidades do software;

5.3.20. Credenciar, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da assinatura do contrato Emergencial, sob pena de rescisão, postos, devidamente equipados para aceitar as transações do sistema integrado, no Município de Salvador;

5.3.21. Atender às solicitações do **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, referente a credenciamento de novos postos, devendo o credenciamento ser efetivado em prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos;

5.3.22. Atualizar a listagem de estabelecimentos credenciados ou excluídos, informando as alterações em correspondência dirigida à **CONTRATANTE**, fornecendo-a, ainda, a listagem de estabelecimentos credenciados sempre que solicitada por ela;

5.3.23. Guardar sigilo sobre as informações da **CONTRATANTE** constantes do seu banco de dados, devendo mantê-las arquivadas e disponíveis à **CONTRATANTE** após a extinção do contrato Emergencial, por no mínimo, 05 (cinco) anos;

5.3.24. Manter, durante a vigência do contrato Emergencial, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando, sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

5.3.25. Responsabilizar-se, às suas expensas, pelos custos com todos os equipamentos, softwares e realização de todo o treinamento dos responsáveis pelas bases de gerenciamento no que se refere à utilização dos sistemas de controle e processamento, assim como pela capacitação no uso dos cartões, pelos usuários e pelos fornecedores dos serviços objeto deste Contrato Emergencial;

5.3.26. Assegurar que os preços dos combustíveis da rede credenciada deverão seguir o valor médio estabelecido no Município de Salvador pela Agência Nacional de Petróleo (ANP);

5.3.27. Ampliar a rede credenciada, quando solicitada ou quando detectar necessidade, e após planejamento conjunto com a Diretoria Administrativa/Setor de Transporte da **CONTRATANTE**, visando reduzir as eventuais deficiências quanto à capilaridade da rede existente. Quando houver solicitação de credenciamento pela **CONTRATANTE**, esta deverá ser atendida no prazo máximo de 15 (quinze) dias do recebimento do referido pedido.

5.3.28. Atualizar a listagem de estabelecimentos credenciados ou excluídos, sempre que houver alterações ou sempre que solicitado pela **CONTRATANTE**;

5.3.29. Atender e solucionar quaisquer problemas no sistema de gerenciamento, no prazo máximo de 06 (seis) horas;

5.3.30. Manter atualizadas as informações sobre a rede de estabelecimentos credenciados ao sistema, comunicando periodicamente a cada 60 (sessenta) dias, as novas inclusões e/ou exclusões.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. A **CONTRATANTE**, visando à execução do objeto, responsabilizar-se-á por:

6.1.1. Prestar à **CONTRATADA** todas as informações solicitadas e necessárias para a execução dos serviços;

6.1.2. Fornecer a relação dos veículos, pertencentes à **CONTRATANTE**, autorizados a utilizar os serviços, comunicando à **CONTRATADA** as alterações na relação de veículos, autorizados para o abastecimento;

6.1.3. Solicitar à **CONTRATADA** substituição dos estabelecimentos credenciados que forem considerados incompatíveis com o objeto deste Contrato Emergencial, bem como pedir a inclusão de novas empresas;

6.1.4. Controlar a execução do Contrato Emergencial baseado na quantidade de litros de combustível estabelecido no **ANEXO I** do Projeto Básico, para o período de 90 (noventa) dias consecutivos e ininterruptos ou até a conclusão de novo procedimento licitatório, já instaurado por esta CMS, garantindo, dessa forma, que o consumo de litros em quantidade não seja superior a indicada neste documento;

6.1.5. Garantir que o custo estimado mensal ou anual de combustível seja variável, conforme preços médios do combustível publicados pela ANP, de modo a permitir o consumo da mesma quantidade de litros fixados no **ANEXO I** do Projeto Básico;

6.1.6. Designar servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato Emergencial;

6.1.7. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o mesmo, na forma prevista na **Lei nº 8.666/1993**;

6.1.8. Cumprir e exigir o cumprimento das disposições contidas nas cláusulas deste Contrato Emergencial, podendo aplicar as penalidades previstas em Lei e indicadas neste instrumento, pelo não cumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços;

6.1.9. Receber o objeto deste Contrato Emergencial, nos termos, prazos, condições e especificações estabelecidas nesse instrumento, bem como no Chamamento do certame

6.1.10. Rejeitar, no todo ou em parte, por intermédio da fiscalização deste Contrato Emergencial, o fornecimento de veículos que estejam em desacordo com o firmado, podendo exigir, a qualquer tempo, a substituição dos que julgar insuficientes ou inadequados;

6.1.11.Exigir, a qualquer tempo, a comprovação das condições da **CONTRATADA**, que ensejaram sua contratação, com relação às qualificações exigidas no Projeto Básico e no Chamamento;

6.1.12. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;

6.1.13. Proceder às advertências, multas e demais cominações legais, pelo descumprimento parcial ou total das disposições do Projeto Básico e deste Contrato Emergencial;

6.1.14. Atestar a execução do Contrato Emergencial por meio dos setores competentes;

6.1.15. Verificar e aceitar as faturas emitidas pela **CONTRATADA**, recusando-as quando inexatas ou incorretas;

6.1.16. Pagar à **CONTRATADA** o valor referente aos serviços efetivamente prestados, no prazo e condições estabelecidas neste instrumento, no Chamamento e seus anexos, após comprovação devidamente atestada;

6.1.17. Efetuar as retenções tributárias devidas, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela **CONTRATADA**, no que couber; e

6.1.18. Descontar de quaisquer créditos da **CONTRATADA**, valores necessários ao ressarcimento de danos e/ou prejuízos causados à **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CRITÉRIOS PARA O RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

7.2. No prazo de **até 5 (cinco) dias corridos** do adimplemento da parcela, a **CONTRATADA** deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

7.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal deste Contrato Emergencial, **em até 5 (cinco) dias corridos**, após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

7.3.1. A **CONTRATANTE** realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

7.3.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.3.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.3.4. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado, sendo que, na hipótese de esta verificação não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

7.4. No prazo de **até 10 (dez) dias corridos** a partir do recebimento provisório dos serviços, o fiscal deste Contrato Emergencial deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços.

7.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato Emergencial, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em Contrato Emergencial e por força das disposições legais em vigor.

7.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato Emergencial, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR DO CONTRATO EMERGENCIAL E DO DESCONTO OFERTADO

8.1. Dá-se ao presente Contrato Emergencial o **valor mensal estimado de R$ _____ (_____)**, sendo o **valor total estimado de R$ _____ (_____)**, conforme planilha de especificação a seguir:

Item	Objeto	Valor mensal estimado para aquisição de combustível	Desconto	Valor mensal estimado da contratação
Único	Prestação de serviços de gerenciamento, controle e fornecimento de combustíveis, em rede de postos credenciada, através de sistema informatizado e integrado com tecnologia de cartão eletrônico com chip, para a frota de veículos utilizados pela **CONTRATANTE**.	R$ 275.107,14	X%	R$
Total para 90 (noventa) dias				**R$**

8.2. O valor do Desconto ofertado incidirá sobre o montante mensal de gastos efetuados com abastecimento e prestação de serviços de manutenção de veículos através do sistema de gerenciamento da **CONTRATADA**, bem como sobre os valores das recargas dos cartões eletrônicos.

8.3. O investimento necessário à implantação do sistema, tais como: instalação dos equipamentos de leitura, gravação e transmissão de dados, cartões (1ª e 2ª vias), credenciamento da rede de empresas fornecedoras, manutenção do sistema e treinamento do pessoal e fornecimento de manuais de operação (se houver), serão cobertos pelo Desconto ofertado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento pelos serviços efetivamente prestados será feito pela **CONTRATANTE** em moeda corrente nacional, mediante Ordem Bancária em conta corrente indicada pela **CONTRATADA**, uma vez satisfeitas às condições estabelecidas neste Contrato Emergencial, e ocorrerá em até **30 (trinta) dias corridos**, após a data do devido atesto na Nota Fiscal/Fatura pela fiscalização deste Contrato Emergencial.

9.2. No caso de atraso no pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para a sua configuração, serão devidos pela **CONTRATANTE** encargos moratórios à taxa de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

9.2.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: **EM = I x N x VP**, onde **EM = Encargos moratórios devidos**, **N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento**, **I = Índice de compensação financeira (0,00016438)**; e **VP = Valor da prestação em atraso**.

9.3. A **CONTRATADA** deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura dos serviços prestados, em 2 (duas) vias, emitidas e entregues a Unidade Fiscalizadora da **CONTRATANTE**, para fins de liquidação e pagamento.

9.3.1. As notas fiscais **deverão ser protocoladas na Supervisão de Protocolo da Câmara Municipal de Salvador**, ou encaminhadas por e-mail à citada Supervisão, nos seguintes endereços: **Rua Ruy Barbosa, nº 19, Edifício Rio Lima, Centro, Salvador Bahia, CEP nº 40.020-070** (protocolocms@cms.ba.gov.br).

9.3.2. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no **art. 29 da Lei nº 8.666/1993**.

9.3.3. Após apresentação, a Supervisão de Protocolo instaurará processo administrativo de pagamento e o encaminhará à fiscalização deste Contrato Emergencial.

9.4. No valor deste Contrato Emergencial deverão estar incluídos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos (inclusive tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições parafiscais, transporte, seguro, insumo), além de quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Contrato Emergencial.

9.5. Havendo irregularidade ou imperfeições na emissão dos documentos fiscais ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a documentação será devolvida pelo fiscal à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras.

9.5.1. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATADA**.

9.6. Serão retidas na fonte e recolhidas previamente aos cofres públicos as taxas, impostos e contribuições previstas na legislação pertinente, cujos valores e percentuais respectivos deverão estar discriminados em local próprio do documento fiscal de cobrança.

9.7. No caso de situação de isenção de recolhimento prévio de algum imposto, taxa ou contribuição, deverá ser consignada no corpo do documento fiscal a condição da excepcionalidade, o enquadramento e fundamento legal, acompanhado de declaração de isenção e responsabilidade fiscal, assinada pelo representante legal da empresa, com fins específicos e para todos os efeitos, de que é inscrita/enquadrada em sistema de apuração e recolhimento de impostos e contribuições diferenciado, e que preenche todos os requisitos para beneficiar-se da condição, nos termos da lei.

9.8. Poderão ser descontadas do pagamento eventuais multas e sanções pendentes sobre a **CONTRATADA**.

9.9. Nenhum pagamento será realizado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a reajustamento e/ou atualização de valor ou quaisquer ônus para a **CONTRATADA**.

9.10. Constatada a situação de irregularidade no SICAF, a **CONTRATADA** será notificada, por escrito, para que no prazo de 30 (trinta) dias regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, sob pena de rescisão contratual.

9.10.1. O prazo estipulado poderá ser prorrogado a critério da **CONTRATANTE**.

9.11. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à **CONTRATANTE**, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da **CONTRATADA** os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devidos a falta de informação.

9.12.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes correrão por conta dos recursos consignados à **CONTRATANTE** no Orçamento Fiscal da Câmara Municipal de Salvador para o exercício de 2021, no seguinte Projeto/Atividade: 01.031.0018.250101 – Manutenção dos Serviços Técnicos e Administrativos - CMS, Classificação da Despesa: 33.90.30 – Material de Consumo.

10.2. A dotação orçamentária poderá ser objeto de atualização mediante apostilamento ao Contrato Emergencial, no caso de novo exercício fiscal e alterações no QDD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA, DA PRORROGAÇÃO E DO REAJUSTE DO CONTRATO EMERGENCIAL

11.1. O prazo de vigência deste Contrato Emergencial será de 90 (noventa) dias consecutivos e ininterruptos ou até a conclusão de novo procedimento licitatório, já instaurado por esta CMS, com início na data da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Legislativo (DOL), podendo ser prorrogado em caráter excepcional, devidamente fundamentada, mediante a celebração de Termo Aditivo e desde que o lapso total não ultrapasse o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, nos termos do **Inciso IV do Art. 24º da Lei 8.666/93**.

11.2. O preço do serviço prestado por força deste Contrato Emergencial é fixo e não será passível de reajuste ao longo da vigência do negócio jurídico.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A fiscalização e o acompanhamento da prestação dos serviços objeto deste Contrato Emergencial caberão ao servidor **Luciano Santana Cunha, mat. nº 6.174**, ocupante do cargo efetivo de Assistente Legislativo (Área Administrativa), a quem compete verificar se a **Contratada** está executando corretamente os serviços, obedecendo aos termos deste Contrato Emergencial e os demais documentos que o integram.

12.2. A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e/ou prepostos.

12.3. Qualquer exigência da fiscalização, inerente ao objeto e termos do presente instrumento, deverá ser prontamente atendida pela **CONTRATADA**, sem ônus para a **CONTRATANTE**.

12.4. Ao fiscal do Contrato Emergencial caberá solicitar, receber e atestar os serviços e realizar avaliações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

13.1. A **CONTRATADA** sujeitar-se-á, no caso de cometimento de infrações ou inadimplemento de suas obrigações, às penalidades previstas na Lei Municipal nº 4.484/1992, no que couber, no Decreto Municipal nº 15.984/2005, aplicando-se subsidiariamente, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/1993, em suas atuais redações, sem prejuízo das demais cominações legais.

13.2. Em conformidade com o estabelecido nos arts. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/1993, bem como nos termos do Decreto Municipal nº 15.984/05, a **CONTRATADA** que descumprir as condições deste Contrato Emergencial, do Chamamento e seus anexos, garantida a ampla defesa prévia, o contraditório e o devido processo administrativo, ficará sujeita às seguintes penalidades:

13.2.1. Advertência - comunicação formal ao fornecedor, sobre o descumprimento do contrato Emergencial ou outras obrigações assumidas, quando ocorrer atraso na entrega de materiais, ou do início da prestação do serviço ou obra, conforme o caso deste contrato Emergencial, em até 10 (dez) dias da data estipulada para tanto, ou seja, para o cumprimento.

13.2.2. Multa - pena pecuniária em favor desta Administração pelos prejuízos causados decorrentes do descumprimento de obrigações legais e contratuais.

13.2.3. Suspensão – ato formal de impedimento temporário para licitar, e contratar com a Administração.

13.2.4. Declaração de inidoneidade – declaração da qualidade de impróprio, de desqualificado, de inconveniente, de incapaz e inapto. A declaração de inidoneidade impede o fornecedor de licitar e contratar com a Administração Pública.

13.3. Sem prejuízos das hipóteses de incidências descritas nos instrumentos do chamamento e contratuais, após processo administrativo conclusivo, serão aplicadas as penalidades previstas neste Contrato Emergencial, à **CONTRATADA**, que:

a) não atender às especificações técnicas relativas a materiais, serviços ou obras, conforme o caso deste Contrato Emergencial, previstas no Chamamento, neste instrumento ou documento equivalente: multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), a critério da Administração, conforme o caso concreto, além de suspensão temporária de 12 (doze) meses, a depender do prejuízo causado à Administração Pública Municipal;

b) retardar imotivadamente o fornecimento de materiais, a execução de obras, de serviços, ou de suas parcelas, conforme o caso deste contrato Emergencial, quando houver reincidência de atraso por mais de 15 (quinze) dias, no caso de fornecimento ou por mais de 30 (trinta) dias no caso de execução de obras ou serviços, conforme o caso deste contrato Emergencial:

I. multa de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da fatura o fornecimento de materiais ou serviços não realizados, ou, ainda, sobre o valor da fatura correspondente à etapa do cronograma físico de obra ou serviço não cumprido, além de suspensão de 3 (três) meses, conforme o caso deste contrato Emergencial;

II. multa de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor da fatura do fornecimento de materiais, execução de serviços ou obras, conforme pertinência com o objeto deste contrato Emergencial, realizados com atrasos superiores a 30 (trinta) dias, em que não tenha havido o cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente, e suspensão de 3 (três) meses, a depender do prejuízo causado à Administração;

III. multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da fatura do fornecimento de materiais, execução de serviços ou obras, conforme pertinência com o objeto deste contrato Emergencial, realizados com atrasos superiores a 30 (trinta) dias, em que haja o

cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente, e suspensão de 6 (seis) meses.

c) deixar de cumprir garantia, caso prevista, sobre máquinas e equipamentos fornecidos, conforme pertinência com o objeto deste contrato Emergencial: multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da fatura e suspensão de 6 (seis) meses;

d) paralisar obras, serviços ou fornecimento de materiais, conforme pertinência com o objeto deste Contrato Emergencial, sem justa causa e prévia comunicação à Administração: multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato Emergencial ou empenho e suspensão de 12 (doze) meses, a depender do prejuízo causado à Administração;

e) entregar, como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada, furtada, deteriorada ou danificada, conforme pertinência com o objeto deste contrato Emergencial: multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato Emergencial ou empenho e declaração de inidoneidade, por um prazo de 2 (dois) anos;

f) alterar qualitativa e quantitativamente substâncias dos produtos fornecidos, conforme pertinência com o objeto deste contrato Emergencial: multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato Emergencial ou empenho e suspensão de 12 (doze) meses;

g) prestar serviço em desacordo com os projetos básicos, executivos e termos de referência, conforme pertinência com o objeto deste contrato Emergencial, que apresente insegurança no desenvolvimento das atividades ou que comprometa a segurança de pessoas: multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato Emergencial ou empenho, conforme discricionariedade desta Casa, e suspensão de 12 (doze) meses, a depender do prejuízo causado à Administração;

i) recusar-se a prestar a garantia contratual, caso exigida, a assinar o contrato Emergencial ou a receber o empenho: multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato Emergencial ou empenho e suspensão de 6 (seis) meses;

j) quebrar sigilo de informações confidenciais sob quaisquer formas: multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato Emergencial e declaração de inidoneidade, por um prazo de 2 (dois) anos;

k) adulterar ou alterar substâncias químicas, características físicas, químicas ou biológicas dos materiais fornecidos, conforme pertinência com o objeto deste contrato Emergencial: multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato Emergencial ou empenho e declaração de inidoneidade, por um prazo de 2 (dois) anos;

l) praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos do contrato Emergencial, no âmbito da Administração: declaração de inidoneidade, por um prazo de 2 (dois) anos;

m) apresentar documentos falsificados, adulterados ou inverídicos para a contratação: declaração de inidoneidade, por um prazo de 2 (dois) anos;

n) sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo: declaração de inidoneidade, por um prazo de 2 (dois) anos;

13.4. As multas aplicadas, respeitado o devido processo administrativo, deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor do fornecimento de materiais, serviço ou obra, conforme o objeto contratado, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da **CONTRATANTE**.

13.5. Caso o valor da multa seja superior ao valor da garantia prestada, no caso de ter sido exigida neste contrato Emergencial, o contratado responderá pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela **CONTRATANTE**, ou, ainda, cobrada judicialmente.

13.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades, a depender do grau da infração cometida pelo contratado e dos prejuízos causados à **CONTRATANTE**.

13.7. Poderá ficar impedida de participar de Dispensa e de contratar com a Administração e, se for o caso, poderá ser descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, mediante entendimento da autoridade federal competente que receba a notícia desta esfera municipal, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato Emergencial, no Chamamento e Projeto Básico, e seus anexos, em havendo, e das demais cominações legais, garantida a defesa prévia à **CONTRATADA** quando, dentro do prazo de validade de sua proposta:

13.7.1. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

13.7.2. Falhar ou fraudar na execução do contrato Emergencial;

13.7.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

13.7.4. A **CONTRATANTE** notificará ao **CONTRATADO** a instauração de processo punitivo pelo inadimplemento contratual, através de aviso de recebimento – AR, ou entregue ao fornecedor mediante recibo ou na sua impossibilidade, publicada no Diário Oficial do Município, quando começará a contar o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa prévia.

13.8. Havendo divergência entre esta cláusula e as disposições do Projeto Básico, prevalecerão estas últimas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES NO CONTRATO EMERGENCIAL

14.1. O presente contrato Emergencial poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

14.2. Este Contrato Emergencial poderá ser alterado mediante Termo Aditivo:

14.2.1. Unilateralmente, pela Administração:

14.2.1.1. Quando necessário, por motivo devidamente justificado;

14.2.1.2. Para modificação do valor decorrente do aumento ou diminuição dos quantitativos do objeto contratual, até o limite permitido por lei.

14.2.2. Por acordo, quando:

14.2.2.1. Necessária a modificação do regime ou modo de execução, por verificação da inadequação das condições originárias;

14.2.2.2. Necessária a modificação da forma de pagamento, por motivos relevantes e supervenientes, mantido o valor inicial;

14.2.3. A **CONTRATADA** obriga-se a aceitar, nas mesmas condições deste contrato Emergencial, os acréscimos ou supressões efetuadas até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato Emergencial, na forma da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. A **CONTRATADA** não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste Contrato Emergencial.

15.2. A fusão, cisão ou incorporação somente serão admitidas, após análise e consentimento prévio e por escrito da Diretoria Administrativa da **CONTRATANTE**, e desde que não afetem a boa execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

16.1. O presente Contrato Emergencial poderá ser rescindido, ocorrendo qualquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA COBRANÇA JUDICIAL

17.1. As multas devidas pela **CONTRATADA** serão cobradas através de processo de execução, ressalvada a cobrança direta mediante glosa de créditos, desde que tenha tramitado o processo administrativo adequado, no qual fora assegurada a ampla defesa e o contraditório, nos termos do Decreto Municipal nº 15.984/2005.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Elege-se o foro da Comarca de Salvador, Estado da Bahia, para dirimir as dúvidas e resolver as controvérsias decorrentes da execução deste Contrato Emergencial.

E, por estarem, assim, justas e acertadas, assinam este instrumento, por meio de certificado digital, em conjunto com 02 (duas) testemunhas.

Salvador, de de 2021.

Assinado via certificado digital
GERALDO ALVES FERREIRA JÚNIOR
Representante da **CONTRATANTE**

Assinado via certificado digital
Representante da **CONTRATADA**

Testemunhas:

Assinado via certificado digital
CPF nº

Assinado via certificado digital
CPF nº